

Delegação de poder discricionário: O sonho de paz

Luis Carlos Fridman

Professor da UFF

A partir do desenvolvimento do projeto de instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), este artigo se propõe a abordar as repercussões e o rendimento político das representações de uma “cidade finalmente pacificada” no contexto do Rio de Janeiro. Tanto pelas esperanças despertadas na população quanto na utilização propagandística desse anseio por parte dos governantes. Caracterizo aqui o “sonho de paz” como uma utopia de molde conservador perante os conflitos presentes e que resulta na associação dessa ideia com o fortalecimento de poderes discricionários nas favelas e bairros populares, dividindo inapelavelmente a cidade.

Palavras-chave: UPPs, políticas públicas de segurança, violência, favelas, polícia

Based on the development of the project to implement Pacification Police Units (UPPs) in Rio de Janeiro favelas, the article **Delegation of Discretionary Power: The Dream of Peace** addresses the repercussions and political yield from the representations of a “city finally pacified” in terms of both the hopes raised among the population and the propagandistic use of this longing by the governors. The “dream of peace” is characterized as a utopia of conservative mold in light of the conflicts in the city and that results in the association between this idea and enhanced discretionary powers in the favelas and low-income neighborhoods, unappeasably dividing the city.

Keywords: UPP, public safety policies, violence, favelas, police

Nos últimos anos, esperanças foram despertadas na cidade do Rio de Janeiro por meio do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, como tentativa de neutralizar o domínio territorial exercido nas favelas pelos bandos praticantes do comércio ilegal de drogas com recurso das armas. A implantação das UPPs obteve na esfera pública uma repercussão de tal ordem que alcançou elogios quase unânimes nos meios de comunicação de massa e penetrou na mesma medida nas opiniões dos mais variados grupos sociais da cidade. Até recentemente, não era incomum se ouvir por parte de motoristas de táxi, que reverberam as opiniões do senso comum, a possibilidade de deixar seus passageiros sem maiores problemas nas favelas nas quais haviam sido implantadas UPPs. De fato, a presença das unidades contribuiu para a diminuição da letalidade nos bairros pobres e nas favelas pela redução significativa dos confrontos envolvendo a polícia e os traficantes ou mesmo entre facções rivais na prática crimino-

Recebido em: 01/04/2014

Aprovado em: 18/06/2014

sa. Conforme relatos recolhidos em pesquisa empreendida pelo Cevis (2011) para a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), na avaliação dos moradores dessas localidades esse era um ganho precioso que não poderia ser minimizado. A diferença entre estar no meio de frequentes tiroteios ou ter uma rotina minimamente sob controle é enorme, pela redução de ameaças fatais e maior alívio nas condições de preservação da vida. Inúmeros episódios, geralmente envolvendo a polícia, desmentem os relatos mais otimistas, mas o efeito da diminuição da letalidade é o ponto forte da implantação do projeto das UPPs e de sua aceitação por parte de grandes setores da população, como aparece em Cano (2012).

Os rendimentos políticos auferidos pelos governantes em virtude da implantação do novo projeto de segurança pública foram significativos. A ampla cobertura televisiva da “retomada” dos territórios pela polícia repercutiu imediatamente no aumento dos índices de popularidade dos que exerciam o poder e dos responsáveis pelas novas iniciativas de limitação do predomínio dos bandos armados nas localidades. Na imprensa e na publicidade disseminou-se o slogan “O Rio recuperou sua autoestima”, que favoreceu um novo ânimo de restauração do “espírito carioca”, hipoteticamente desanuviado das ameaças e retomado pela descontração e o prazer de se viver na cidade.

Como efeito-demonstração do acerto das iniciativas de governo, o projeto das UPPs tornou-se uma moeda política de valor nacional e foi tomado como exemplo para a sua implantação em outras cidades brasileiras e mesmo em outros países, como a Argentina. Somavam-se a isso – antes das manifestações populares de 2013, as “jornadas de junho” – o apoio do governo federal, as expectativas de receber a Copa do Mundo de futebol no Brasil e a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, que estimularam um quadro de confiança projetado na cidade. O projeto das UPPs trouxe retornos suficientes em adesão e imagem em sua curta história, o que reduziu a crítica pública de suas deficiências e fracassos.

Mas há algo mais específico a merecer consideração, que diz respeito à supressão da noção de “processo” e sua substituição, em vista da penetração até agora obtida nas mentalidades correntes na cidade, por uma “solução aus-

piciosa, porém súbita e abrupta”. No Rio de Janeiro, as demandas por segurança não cessam e alimentam o desejo de “mais UPPs”, como um suposto estágio da progressiva erradicação da criminalidade ou de neutralização decisiva da violência urbana.¹

Como num passe de mágica, pareceu que a implantação das UPPs estendia seu manto acolhedor e reverberava sobre todas as outras modalidades de crime, como se contivesse o princípio de inauguração de uma “nova cidade”, aquela em que os indivíduos poderiam viver sem medo. *Essa é uma utopia cuja generosidade reside apenas no controle policial que impede o próximo movimento ameaçador e conserva todos os traços da “antiga cidade” (ou cidade realmente existente).* Não há qualquer aceno à “vida melhor”, à “vida desejada”, presente em qualquer utopia. É uma utopia que conserva todas as circunstâncias geradoras do medo.

Os valores e conteúdos adicionados às demandas por segurança são movidos pelo ideal de uma cidade finalmente pacificada. E o seu efeito mais danoso para a convivência democrática é a “absolutização desse ideal”, que se alimenta das agruras e aflições da população em virtude da explosão da violência nas últimas décadas, que atingiu indiscriminadamente todos os grupos sociais. Tal absolutização cancela o passado, como se o presente fosse permeável a intervenções decisivas apontadas progressivamente para a paz.

As modulações discursivas do poder variam de acordo com os eventos e situações, de forma a neutralizar questões de fundo não resolvidas, e, principalmente, servem para limpar os respingos na roupa dos governantes, quando a lama da precariedade social se espalha em conflitos mais graves. A imagem da paz súbita e abrupta reproduz a distribuição desigual das vozes a serem ouvidas e os moradores das favelas são vistos como “objeto”, em vez de partícipes indispensáveis do bem maior a ser alcançado. Nesse sonho de paz, não há um lugar destinado a eles no povoamento da “cidade melhor” do futuro.

Um rudimento de expectativas futuras apareceu nos discursos dos governantes e dos quadros mais altos da hierarquia das agências responsáveis pela segurança pública, mesmo assim sem maior ênfase quando se mencionou a necessidade de investimentos e políticas sociais como “com-

1 Para uma análise dessa questão, ver: Miagusko (2013).

plemento” das UPPs. O que se impôs, na verdade, foi a solução militar com a divulgação de seus sucessos e os anúncios das novas regiões a serem cobertas pela proteção policial. A circulação das declarações, opiniões na mídia, reportagens, estatísticas e eventuais júbilos pelas medidas tomadas deixam de fora o que permanece o mesmo, isto é, o jogo e o movimento de forças duradouramente instaladas nas favelas. O “novo” da implantação das UPPs não se traduz no revigoramento da cidadania e da legitimidade dos pobres na mesa das negociações sociais. O “velho”, ao ser deixado de lado, permanece intacto.

O futuro de uma cidade finalmente pacificada se desdobra em um estágio intermediário apresentado como o “controle sobre o território”, e a utopia, que não se rende com facilidade aos fatos, porque movida pelo desejo ardente de suprimir as ameaças mais evidentes, incorpora essa pausa sem renunciar à absolutização do ideal. Essa maleabilidade preserva o sentido das soluções abruptas, resumidas à imposição da vigilância e do controle.

A palavra “pacificação” ganhou assento permanente nos discursos dos atores sociais envolvidos com a questão da segurança pública, sejam políticos, formadores de opinião, dirigentes e quadros intermediários das agências policiais, demandantes civis das classes médias e das elites, associações empresariais e comerciais, e alcança de forma muito persuasiva o senso comum. O novo momento de “paz”, supostamente inaugurado ou ardentemente desejado, obteve adesão generalizada e se apresentou como antídoto da violência, como se as forças que definiam o momento anterior tivessem sofrido uma transfiguração ou se rebaixado a meios de atuação mais brandos e controláveis. A matéria bruta da utopia da cidade finalmente pacificada é a eliminação das agruras do presente sem qualquer desenho do futuro. Portanto, ela se encerra no presente e assim desfaz o “sentido processual da participação da sociedade” na árdua e trabalhosa tarefa histórica de uma vida mais pacífica e com menos ameaças.

O controle armado do tráfico nos territórios onde foram implantadas as UPPs diminuiu substancialmente com o aumento da liberdade de ir e vir da população favelada. Mas sobrevivem traços e modos menos visíveis de dominação das facções criminosas sobre

os moradores, que não se igualam à situação anterior. De outro lado, a polícia também não mudou substancialmente suas práticas coercitivas e discricionárias de relação com a população favelada. Os moradores continuam submetidos a constrangimentos e atitudes violentas, que sobrepõem os direitos de cidadania, apesar da redução dos tiroteios e da letalidade proveniente dos confrontos com os grupos responsáveis pelo comércio ilegal de drogas. O discurso público da instituição policial passou por alterações, incluindo o respeito e a observância das garantias legais dos habitantes das regiões onde houve a instalação das UPPs. Mas a cultura policial não mudou substancialmente.

O noticiário traz com frequência episódios de relações promíscuas entre policiais integrantes das UPPs e o tráfico, repetindo práticas anteriores. Alguns dos protagonistas desses eventos foram punidos, com o imediato reforço público da linguagem dos “objetivos maiores” a serem alcançados. A morte de moradores também se repete, com a notória dificuldade de esclarecimento das responsabilidades. A truculência pode ter sido moderada aqui e ali, mas a “pacificação” funciona persuasivamente muito mais para fora do que para dentro das favelas. O júbilo frente às iniciativas recentes circula pela cidade, mas o contato presencial entre policiais e moradores, em uma infinidade de episódios que estão longe de chegar ao conhecimento público, mostra novas tensões. Os benefícios das UPPs são sobejamente relatados nos meios de comunicação de massa; a opressão cotidiana permanece em um quase anonimato. Por vezes, a mídia trata do assunto pela gravidade dos fatos e a impossibilidade de serem ocultados, mas há uma desproporção oceânica entre o que chega ao domínio público e o que se experimenta no cotidiano das favelas.

Festas e comemorações são proibidas ou demandam uma burocratização de procedimentos e permissões totalmente estranhos ao andamento rotineiro das atividades de lazer nas favelas. Anteriormente, tais eventos não angariavam unanimidade nas favelas, especialmente entre a população mais velha, mas há sempre a sombra da ilegalidade subjacente às justificativas da atuação policial.

Situações mais radicais, como a morte de integrantes dos bandos armados, sem o referido esclarecimento das circunstâncias, ainda fazem parte do cotidiano nas favelas. Intimidações continuam a compor a linguagem policial, atingindo principalmente os jovens, e todos esses relatos mostram a semelhança com a dinâmica anterior, obscurecida pelo discurso da “pacificação”. Os trabalhos de campo apresentados no corpo deste dossiê mostram, com maior detalhe, o constrangimento experimentado no anonimato, com a carga de opressão e dor que marca a existência social de grandes contingentes humanos.

O discurso da “pacificação” fortalece a concordância com a da mediação policial para o conjunto das relações e interações nas favelas e bairros pobres, sob a expectativa, o anseio e a concordância de uma mentalidade, amplamente disseminada, de uma “cidade a salvo”. A “autoestima recuperada” do Rio é assegurada pela paz militar discricionária nas regiões em que vivem multidões consideradas “as classes perigosas”.

Apesar dos protestos e manifestações públicas sobre os desmandos da polícia, não se robustece a urgência do controle democrático da sociedade civil sobre as agências responsáveis pela segurança pública. O desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza na favela da Rocinha, em 14 de julho de 2013, com ativa participação de policiais da UPP da região (o comandante da unidade está preso), revelou a persistência de práticas truculentas e teve repercussão nacional e internacional. E trouxe à tona a constatação pública dos milhares de Amarildos dos quais jamais se soube o destino. Isso se torna mais flagrante quando se tem em conta que boa parte da população tem uma péssima imagem da polícia, pela corrupção e pelo comportamento ameaçador junto aos cidadãos. Mesmo assim, majoritariamente os cariocas se mostram esperançosos dos efeitos da implantação das UPPs pelo esboço de neutralização ou diminuição da atividade criminosa.

Os anseios de proteção incrementam uma atitude de defesa permanente cujo horizonte não inclui a negociação política – trabalhosa, é verdade, e de resultados em longo prazo – que porventura produziria soluções duradouras de integração social. E acabam por sustentar o reforço de

fronteiras sociais pela superposição das desigualdades econômicas com a segregação territorial, fenômeno com consequências sobre as formas de sociabilidade vinculadoras de grupos e classes nas grandes cidades do Brasil e, no caso, na cidade do Rio de Janeiro². Os vínculos assim configurados ganham sentidos de desapego, distanciamento, exclusão e, no limite, de aniquilação³.

A mentalidade de boa parte da população que delega à polícia a regulamentação da vida nas favelas e nos bairros pobres reforça as motivações daqueles que, tementes da violência e dos atos criminosos, supõem neutralizar os perigos pela separação e pela distância. A origem do mal é apontada na direção dos bairros pobres e das favelas. Assim, as ameaças, supostas ou reais, emanam de “inimigos próximos”, ou seja, o contingente que pode estar rondando e, quiçá, investindo de forma sinistra sobre as áreas nas quais o cidadão comum escolheu para morar. Uma grande massa indistinta deve ficar aos cuidados da polícia e a proteção requerida – nesse caso, o bem sucedido projeto da implantação das UPPs – não desfaz a pretensão de definir barreiras e salvaguardas perante a existência do “Outro” ameaçador.

As narrativas do desejo de segurança acabam por expressar uma disposição perante o “Outro” que ultrapassa de muito a preservação física e material. Assim, se enraíza e se difunde um padrão de sociabilidade de consequências funestas para a tolerância e para a vida democrática. O sonho de uma cidade a salvo disponibiliza significados em que os atores sociais se pautam por uma atitude de defesa que traz consigo uma bagagem não desprezível de ressentimento e de ódio, cujas raízes estão na extrema hierarquização da nossa vida social. Também assimila a inclinação regressiva de que as formas de convivência de indivíduos e grupos na cidade podem ser efetivadas por meio da separação, da exclusão ou da concordância com o uso da força.

O enraizamento dessa maneira de conviver não é consequência apenas do grau de ameaça representada por indivíduos ou grupos. Isso se dá por um efeito de deslocamento em que o temor se transforma em fúria (dependendo da situação envolvida) contra o mais próximo, seja ele criminoso ou não. Isso serve de compensação à impaciência, à impotência ou ao desespero perante um drama social complexo

2 Ver o tratamento da questão para a cidade do Rio de Janeiro em Leite (2008).

3 Para uma exploração detida desses temas ver Machado da Silva (2008) e Agamben (2002).

duradouramente instalado na sociedade brasileira. Como desenvolvi em outro texto (2008), o sonho de uma cidade a salvo, defendida contra todas as turbulências e inquietações resultantes da criminalidade e da violência, estimula uma mentalidade em que os pobres e favelados são, de uma forma ou de outra, os artífices da violência.

Almeja-se uma solução rápida, definitiva, que afaste todos os perigos e restitua a paz, eliminando de vez os episódios que sacrificam vidas, aterrorizam a população e atingem permanentemente as consciências sobressaltadas. Quando o medo se instala, ninguém quer saber de economia, de política, de fortalecimento das instituições democráticas e de tempo. O sonho de bonança e de paz é traduzido na busca da ordem pelos meios disponíveis, em um presente que se eterniza sem negociação política e social.

As marcas do passado recente resultam em uma mentalidade orientada para o curto prazo. Diante de realidades estabelecidas e enraizadas por décadas, anseia-se por soluções rápidas e definitivas. Nessa linha de tensão entre o imediato e o paulatino, impera o imaginário despertado por uma utopia conservadora que se presta com facilidade à manipulação política.

Sob outra ótica, jamais adotada, o lento jogo de forças e contraforças a ser empreendido não garante dividendos políticos a governantes, que sempre visam votos no curto prazo. Em outra forma de condução, as pontes de negociação social dão trabalho para o seu erguimento e solicitam a vontade política corajosa e desprendida. Tais iniciativas podem inclusive não coincidir com os clamores do senso comum. Isso envolve atenção para as disputas no próprio interior dos organismos policiais, o estímulo e a garantia para o surgimento de novas lideranças nas regiões afetadas e a reorganização da vida e da rotina nas favelas e bairros pobres. São forças em movimento e poderes desiguais, em processos com chances a serem aproveitadas e outras tantas desperdiçadas.

Nesse sentido, a verificação da eficácia histórica do projeto das UPPs na cidade do Rio de Janeiro dependerá mais do reconhecimento da legitimidade política dos vulneráveis na esfera pública e na dose de realismo para esvaziar o sonho de uma cidade finalmente pacificada do que da competência dos organismos policiais na repressão e vigilância nos territórios da pobreza. E mais, compromete as concepções regressivas assimiladas por amplos segmentos da população carioca.

Ainda uma vez: as aflições privadas são capturadas como fermento para políticas de segurança acentuadoras da exclusão e do preconceito. Dessa maneira, são perdidos os canais de reconhecimento e negociação na vida pública em que os atores sociais podem, ainda que contraditoriamente, buscar soluções ou mitigar os transtornos comuns. Candidatos, protagonistas à frente de cargos eletivos e escroques midiáticos alimentam sua popularidade por meio da matéria-prima do medo. Mesmo que referido à Europa, o seguinte comentário de Zygmunt Bauman traz esclarecimentos às fontes de ansiedade e suas amplas repercussões sociais:

Embora as raízes do perigo possam ser dispersas e confusas, queremos que nossas defesas sejam simples e prontas para serem empregadas no aqui e agora. Ficamos indignados diante de qualquer solução que não consiga prometer efeitos rápidos, fáceis de atingir, exigindo em vez disso um tempo longo, talvez indefinidamente longo, para mostrar resultados. Ainda mais indignados ficamos diante de soluções que exijam atenção às nossas próprias falhas e iniquidades, e que nos ordenem, ao estilo de Sócrates “conheça-te a ti mesmo!”. E abominamos totalmente a ideia de que, a esse respeito, há pouca diferença, se é que alguma, entre nós, os filhos da luz, e eles, os crias das sombras (BAUMAN, 2008, p. 149).

O sonho de bonança e de paz pulveriza os embates políticos e econômicos e só descortina no horizonte soluções repressivas. O lado perverso desse mesmo sonho reside na facilidade de descarregar o preconceito, o ressentimento e o ódio nos grupos e classes que alegadamente seriam os parceiros do infortúnio: os “inimigos próximos”. O resultado é o estreitamento dos canais políticos e a permanência da insegurança generalizada. Em suma, é uma utopia que alimenta aquilo que ela visa sanar. Assim, são erguidos contra esses grandes contingentes humanos os muros simbólicos do desapareço, do não reconhecimento e a destruição de pontes para um diálogo amplo, ainda que cheio de contradições, na sociedade. Habitantes amedrontados das cidades continuam ansiando por ilhas de paz e os políticos continuam a promê-las por meio de propostas de “segurança” e de “ordem” dirigidas às demandas privadas, como salienta Bauman. Pela ausência da política, o sonho de uma “cidade a salvo” é uma utopia conservadora.

É também necessário desfazer a imagem de que apenas as classes médias e as elites são as portadoras da mentalidade regressiva que sustenta o ideal da “cidade a salvo”. Essas ideias atravessam a sociedade como um todo e se cristalizam no jogo das opiniões, revelando os obstáculos à possibilidade de substituição do desejo de paz abrupta pela noção de processo, de reconhecimento e de negociação social. Nada disso é novo e foi alimentado pelo incremento da criminalidade por anos a fio. Enquanto estiverem fundas na população as raízes da delegação do poder discricionário por meio do sonho de paz, o déficit na democratização das políticas de segurança pública e, por derivação, das UPPs, ainda estará vigente.

A paz a qualquer custo manifesta uma inclinação prévia que prescinde da vida democrática. A absolutização do anseio de segurança frente à violência corrói as pontes entre a vida privada e os espaços públicos que, por definição, abrigam os cenários onde os diferentes se encontram. Em termos políticos, a arena institucional é onde os sofrimentos privados podem se transformar em demandas coletivas e o conflito e a contradição dos interesses resultam em negociação social.

As instituições democráticas podem estar de pé e indivíduos com medo não contarem com elas, a não ser para reclamar por mais segurança, mais polícia e maior distanciamento e desapego com relação a enormes contingentes de vulneráveis que povoam as cidades brasileiras. O aparato necessário para sustentar as “ilhas de paz” não parece oferecer garantias suficientes, se tudo se resumir a monitorar os favelados e os pobres ou fazer das UPPs o símbolo maior das políticas sociais.

O que não se tematiza na utopia da “cidade a salvo” pela urgência de uma solução rápida, movida a impotência e desespero, é a indispensabilidade de uma relação democrática entre os diversos grupos sociais. Isso ainda está por ser alcançado na implantação das UPPs. Quando se debate insegurança e violência na esfera pública, a utopia conservadora da paz nem quer ouvir falar em democracia, como se fosse um luxo que não coubesse na situação. Por contraste, a passagem de Hans Magnus Enzensberger esclarece o sentido da vida democrática em situações agudas ou brandas:

[M]ão se pode ter uma boa democracia. Democracia é um negócio que pode dar um bocado nos nervos – você é constantemente atingido pelas coisas mais chatas. É como a análise freudiana. Toda a sujeira vem à tona na democracia (ENZENSBERGER, *apud* BAUMAN, 1999, p. 259).

O laborioso processo democrático não se iguala a medidas saneadoras que eliminam de pronto as aflições experimentadas duradouramente. Não há atenuantes. Reformas sociais inconclusas ou sequer iniciadas requerem muito mais vontade política do que “soluções” que revertam de forma definitiva processos sociais de desigualdades enraizadas. E, ainda assim, mesmo que essa vontade política seja despertada com vigor na sociedade, as expressões de revolta, a dificuldade de acordos, os erros de condução e a busca de canais de diálogo ainda podem dar “um bocado nos nervos”.

Quando os tementes se voltam para a segurança pessoal devido à criminalidade e à violência, a solidariedade deixa de ser sentida como valiosa para o bem viver e se conjuga com a retração dos indivíduos no envolvimento em causas comuns. Ao lado de seus benefícios, a implantação das UPPs evoca esse retraimento pronunciado, acrescido da vigência ainda débil da institucionalidade democrática em amplas esferas da vida social brasileira. Na vivência cotidiana de cidadãos alertas em cada esquina ou preocupados quando atravessam lugares mal iluminados, erige-se um cerrar fileiras de solitários com outros solitários em uma era de extrema individualização que desconsidera a possibilidade de convivência social administrada politicamente no espaço público.

Sentir-se ameaçado e solitário pode inclinar os indivíduos a aceitarem exercícios discricionários de bom grado. Pela desvalorização dos canais políticos, expressa a crença subjacente de que não há alternativa a não ser a repressão indiscriminada às aglomerações urbanas onde vive essa “gente perigosa”. Assim, não é preciso tato, trato ou pacto, apenas distância garantida pelos meios disponíveis de proteção. O sonho de paz que fareja inimigos divide inapelavelmente a cidade e faz proliferar entre os tementes o ranger de dentes.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. (2002), *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar
- _____. (2000), *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2008), *Medo líquido*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CANO, Ignacio (coord). (2012), “Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, LAV-Uerj.
- CEVIS. (2011), “Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Perfil, expectativas e projetos em suas comunidades” (relatório de pesquisa para a Flacso. Rio de Janeiro, Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis).
- FRIDMAN, Luis Carlos. (2008), “Morte e vida favelada”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 77-98.
- LEITE, Márcia Pereira. (2008), “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: Percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 115-141.
- MIAGUSKO, Edson. (2013), “UPP na Baixada: Circulação, violência e mercado político nas margens”. Trabalho apresentado no 37ª Encontro Nacional da Anpocs, Águas de Lindóia (SP).

RESUMEN: El artículo **Delegación de poder discrecional: El sueño de la paz** tiene como objetivo abordar las repercusiones y la rentabilidad política de las representaciones de una "ciudad finalmente pacificada" en el contexto de Río de Janeiro, desde el desarrollo del proyecto de instalación de las Unidades de Policía Pacificadora (UPPs), por las esperanzas que despertaron en la población y en el uso de propaganda del deseo por de parte de los gobernantes. Caracterizo aquí el "sueño de la paz" como una utopía de formato conservador frente a los conflictos presentes. Esta idea resulta en asociación con la fortalecimiento de los poderes discrecionales de las favelas y barrios popular, dividiendo irremediablemente la ciudad.

Palabras clave: UPPs, políticas de seguridad pública, violencia, favelas, policía

LUIS CARLOS FRIDMAN (lcfridman@bighost.com.br) é professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e pesquisador sênior do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). É doutor em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Brasil), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), do Museu Nacional (MN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), e graduado em sociologia e política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ, Brasil).